

## PERCEPÇÃO DE UM GRUPO DE PARATLETAS DO MEIO OESTE CATARINENSE SOBRE A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD.

**Autores:** Adriane SIGNORI<sup>1</sup>, Illyushin ZAAK SARAIVA<sup>2</sup>.

**Informações adicionais:** Trabalho relativo ao projeto de extensão “Elaboração do Texto Científico na Ciência Aplicada”.

**Palavras-Chave:** Inclusão Social. Pessoas com Deficiência. Proteção Constitucional.

### Introdução

Ao longo da história, a cultura influenciou as perspectivas em relação às pessoas com deficiências – PCD. A aceitação social das pessoas com deficiência evoluiu de acordo com as políticas sociais, econômicas e culturais da sociedade (JANUZZI, 2004). Desse modo, destacam-se os movimentos históricos, determinantes para o aparecimento de novas formas de garantia de direitos das pessoas com deficiências.

Ao contextualizar as deficiências, refere-se a conceitos lógicos e positivistas através de uma concepção do século XIX, que traz ideia de inatividade ou de anormalidade. A história das deficiências é marcada por grandes lutas e muito preconceito (GARCIA, 2003). As PCD, no decorrer da história, carregam uma imagem de deformação de corpo e mente. As crianças com deficiência eram na antiguidade pagãs abandonadas em cestos ou em lugares sagrados, e os que sobreviviam eram explorados nas cidades ou tornavam-se atrações de circos. O nascimento de uma pessoa com deficiência era encarado como castigo de Deus, “feitiço” ou eram eles mesmos tidos como bruxos, seres diabólicos que deveriam ser castigados para serem purificados, e há registros de que algumas crianças com deficiência que foram abandonadas e serviram de alimentos para animais (TEIXEIRA, 2010).

Na idade média, a Igreja católica constituiu-se como aliada das PCD, pois as acolhia, amparando-as, lhes dando abrigo, pois com o surgimento do cristianismo no Império Romano, surge a caridade, aparecendo também o primeiro hospital de caridade que abrigava pessoas com deficiências, e as demais pessoas que eram encaradas pela sociedade como indigentes. Segundo Jannuzzi (2004) em meados de

[...] 1726, foram criadas as chamadas rodas de expostos onde as crianças eram colocadas e as religiosas as acolhiam, dando alimentação, educação, moradia e cuidados necessários. Neste momento surgiu o movimento das ideologias e organização social da sociedade frente às pessoas com deficiência (JANUZZI, 2004, p.9).

No Brasil moderno, o número acentuado de PCD está relacionado, principalmente, com fenômenos de ordem socioeconômica como a precariedade da alimentação, as péssimas condições de higiene ou ainda os elevados graus de violência, passando por característica do mundo do trabalho como os acidentes, e também com características congênitas como as más formações, além de outras (JANUZZI, 2006).

Só a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que as pessoas com deficiência passaram a ser sujeitos de direitos garantidos por Lei, estampando então a partir desse momento as suas contradições e conflitos (BRASIL, 1988).

O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos Paratletas associados à Associação Regional dos Atletas com Deficiência do Meio Oeste Catarinense – ARAD, localizada em

<sup>1</sup> Assistente Social da ARAD, Graduada pela UNOCHAPECÓ. E-mail: signoriadri@gmail.com

<sup>2</sup> Especialista em Educação Empreendedora (UFSJ); Professor do IFC Campus Luzerna; illyushin.saraiva@luzerna.ifc.edu.br

Joaçaba, sobre temas de relevo no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência e sobre a evolução da legislação que garante acesso aos direitos para estas pessoas.

### Material e Métodos

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como sujeitos principais de análise os Paratletas da ARAD, fundada em 2006, sendo que foram entrevistadas 10 pessoas.

O método de pesquisa utilizado foi o método dialético. O método dialético é mais utilizado pelas ciências humanas e sociais, pois tornam-se questões interessantes para compreensão e explicação de fenômenos que se relacionam com os destinos dos seres humanos na vida em coletividade (MINAYO, 1998).

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário com perguntas semiestruturadas, onde o pesquisador assume o papel de observador e explorador. Os dados foram coletados com 10 Paratletas da ARAD previamente selecionados através dos critérios de conveniência, dada a proximidade da autora principal.

A abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo. Este tipo de pesquisa tem uma relação indissociável entre o mundo real e o sujeito. Os dados foram analisados e traduzidos de forma descritiva. Além do procedimento de coleta de dados com os sujeitos da pesquisa, ocorreu anteriormente, na fase de planejamento da pesquisa, uma consulta aprofundada em periódicos, artigos, relatórios e outros documentos técnicos e científicos de autores especializados no estudo das pessoas com deficiência. Nessa etapa inicial, foi pesquisada sobretudo a origem da Associação ARAD. Também houve a elaboração de um relatório fotográfico-descritivo sobre os paratletas e temas gerais da pesquisa.

Com base nos dados coletados foi composto um banco de dados no software Microsoft Excel®, a partir do qual foram efetuados tratamentos de estatística descritiva, dos quais foram elaborados gráficos que norteiam a análise descritiva aqui apresentada.

### Resultados e discussão

Inicialmente, apresenta-se a Figura 1 com gráfico que expõe a percepção dos entrevistados em respeito ao acesso a direitos.

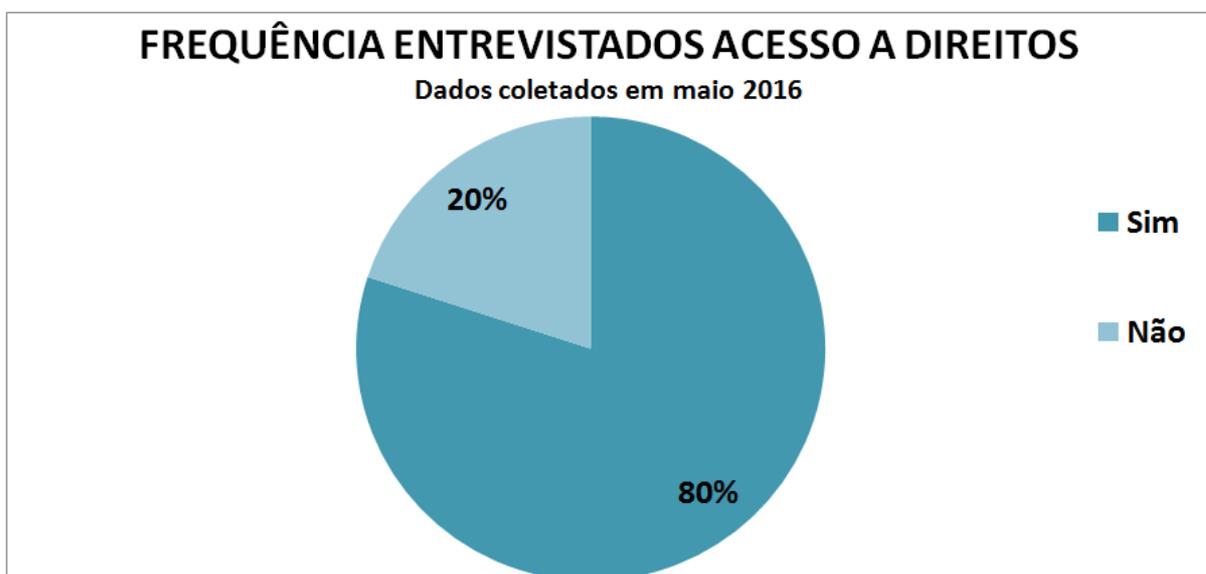


Figura 1 – Gráfico da Percepção dos Entrevistados sobre “Acesso aos Direitos”  
Fonte: Elaborado por Adriane Signori e Illyushin Zaak Saraiva (2016)

O Gráfico da Figura 1, de acordo com a análise dos autores, demonstra uma percepção excessivamente positiva deste público em relação ao acesso aos direitos, o que talvez seja fruto de décadas de falta de acesso aos mesmos.

A Figura 2 apresenta a percepção dos entrevistados em relação às transformações ocorridas nos últimos anos no que se refere à legislação e garantias legais

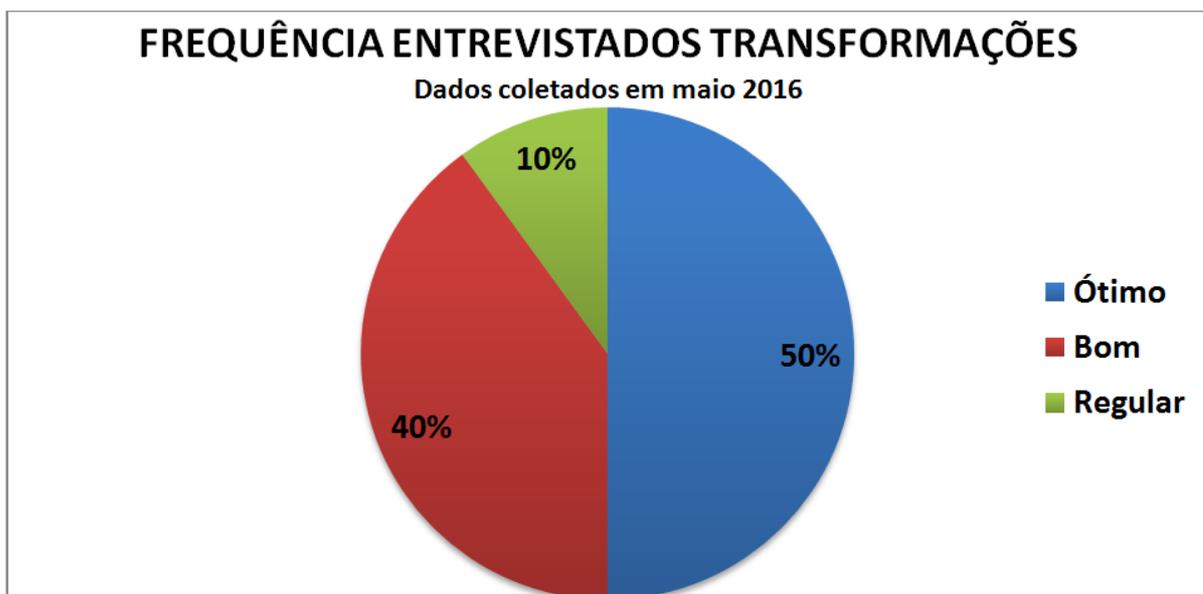


Figura 2 – Percepção dos Entrevistados em Relação às Transformações Recentes  
Fonte: Elaborado por Adriane Signori e Illyushin Zaak Saraiva (2016)

De acordo com o gráfico acima 50% dos entrevistados caracterizam como ótimas as transformações ocorridas no decorrer dos anos com as legislações vigentes.

A Figura 3 traz a percepção dos entrevistados sobre o conceito de Inclusão Social.

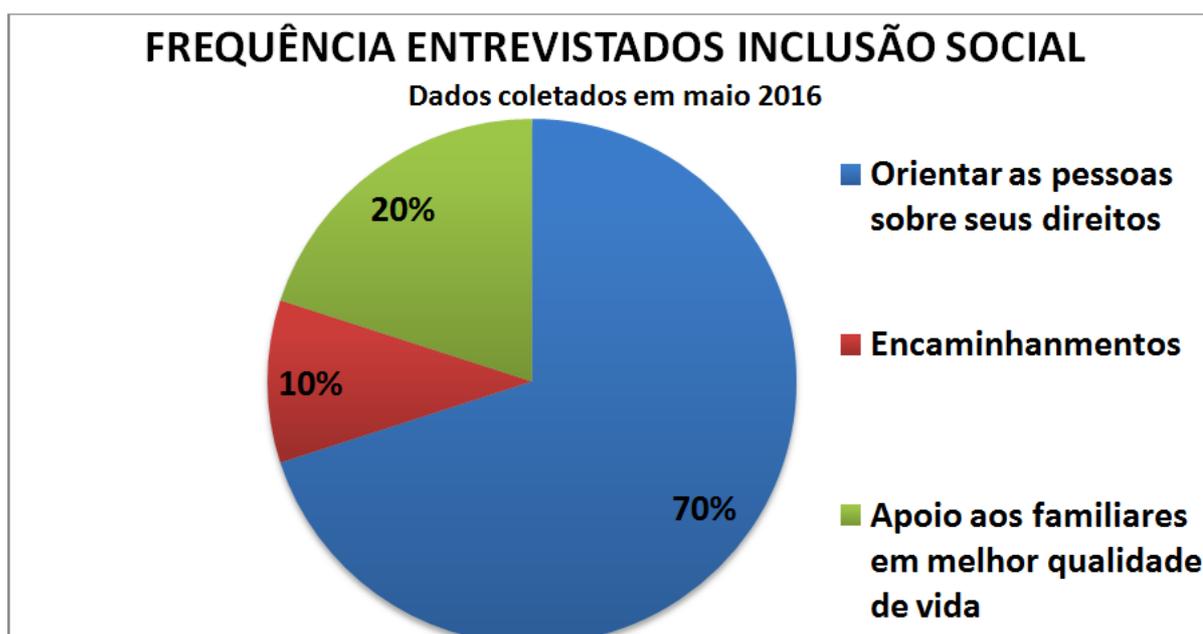


Figura 3 – Percepção dos Entrevistados sobre “Inclusão Social”

Fonte: Elaborado por Adriane Signori e Illyushin Zaak Saraiva (2016)

Percebe-se que para 70% dos entrevistados a Inclusão Social diz respeito a “orientar as pessoas sobre seus direitos”.

Sobre a Figura 4 a seguir, a mesma traz a distribuição da percepção dos entrevistados sobre a importância da atuação do Profissional Assistente Social.

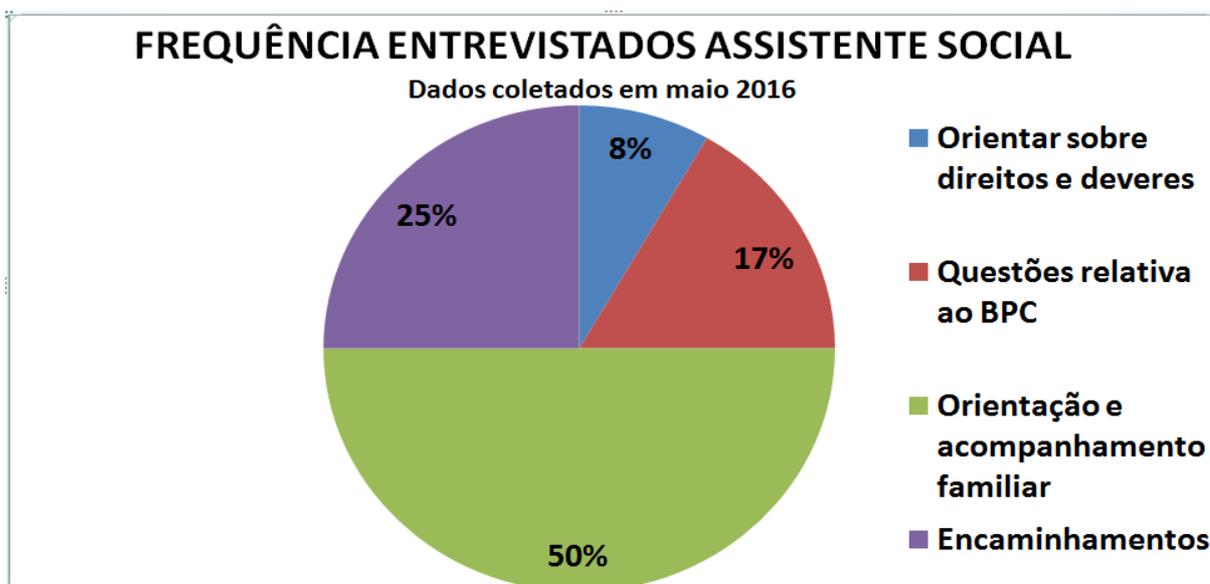
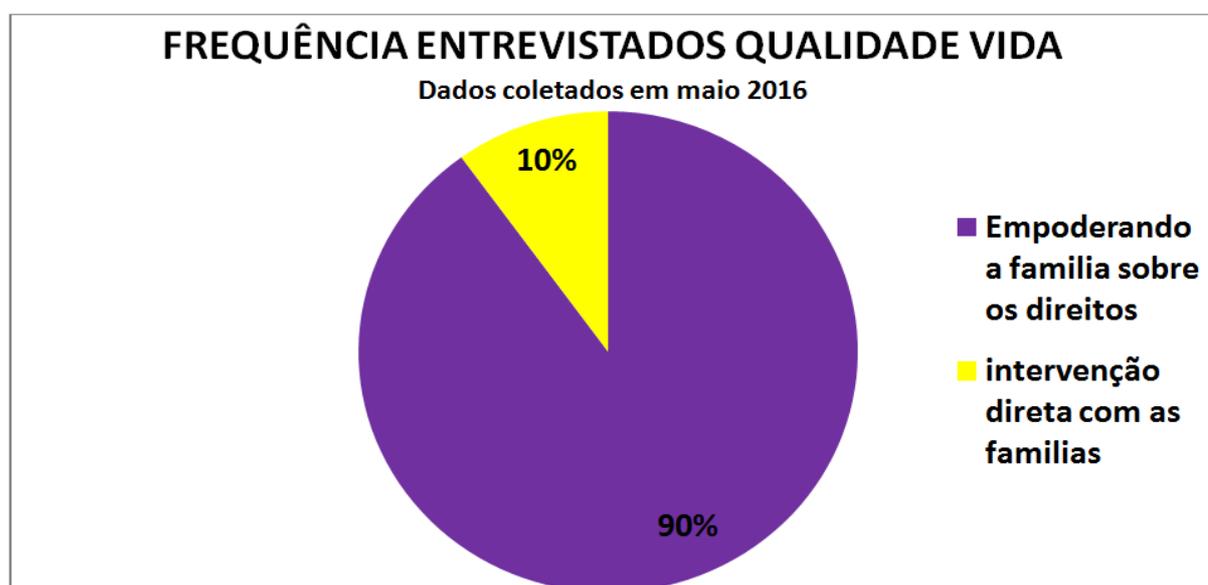


Figura 4 – Gráfico da Percepção dos Entrevistados sobre Importância da Assistente Social<sup>3</sup>

Fonte: Elaborado por Adriane Signori e Illyushin Zaak Saraiva (2016)

Para 50% dos entrevistados a atuação da Assistente Social diz respeito à Orientação e Acompanhamento Familiar.

A Figura 5 apresenta a percepção dos entrevistados sobre qualidade de vida.



<sup>3</sup> BPC se trata do Benefício de Prestação Continuada, correspondente a 1 salário mínimo, previsto na constituição.

Figura 5 – Gráfico da Percepção dos Entrevistados sobre “Qualidade de Vida”

Fonte: Elaborado por Adriane Signori e Illyushin Zaak Saraiva (2016)

Observa-se no gráfico da Figura 5 que 90% dos entrevistados atribuem a qualidade de vida ao empoderamento da família sobre os direitos conquistados, o que é notável no Brasil.

A seguir, as considerações finais.

### Conclusão

Este artigo teve como objetivo analisar a percepção dos Paratletas associados à ARAD, localizada em Joaçaba, sobre temas de relevo no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência e sobre a evolução da legislação que garante acesso aos direitos para esta população.

Foram entrevistados 10 paratletas militantes da associação, tendo sido os dados tratados numa perspectiva dialética, a partir da qual foi composto um banco de dados, e construídos gráficos de frequência simples sobre temas específicos da entrevista.

Os dados mostram de uma maneira geral, uma percepção positiva dos entrevistados em relação aos avanços na legislação e nos direitos à população com deficiência, e alguns fatos de interesse para o Serviço Social, como por exemplo, a importância do trabalho do Assistente Social para o acesso à garantia dos direitos, bem como a percepção sobre a qualidade de vida como empoderamento da família sobre os direitos conquistados.

Espera-se que este trabalho contribua com as pesquisas vigentes no Brasil sobre direitos das pessoas com deficiência, e sugere-se à pesquisa estudos similares sobre grupos organizados de pessoas com deficiência em cidades de porte pequeno e médio.

### Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto compilado até a inclusão da emenda constitucional nº 91 de 2016. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 28 jun. 2016.

GARCIA, E. M. S. A proteção da pessoa portadora de deficiência e seu fundamento no princípio da dignidade humana. In: ARAUJO, Luiz Alberto David (Coord). *Direito da pessoa portadora de deficiência: uma tarefa a ser completada*. Baury: EDITE, 2003.

JANNUZZI, G. S. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

TEIXEIRA, M. C. A. *Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2010.